

**ACORDO DE PARCERIA PARA PESQUISA,
DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO Nº
007/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO – UFES E O INSTITUTO CAPIXABA
DE ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO EM
SAÚDE - ICEPi.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES**, autarquia Federal, com sede na Av. Fernando Ferrari, nº 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória/ES, CEP: 29075-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.980.103/0001-90, neste ato representada por seu Reitor, **Prof. Dr. Paulo Sergio de Paula Vargas**, CPF nº 526.372.397-00, RG nº 337.068 SSP/ES, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital e o **INSTITUTO CAPIXABA DE ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO EM SAÚDE - ICEPi**, com sede e foro na Rua Engenheiro Guilherme José Monjardim Varejão, n.º 255, Edifício Enseada Plaza, 3º Andar - Enseada do Suá, Vitória, Espírito Santo – CEP: 29.050-260, inscrita no CNPJ sob o nº 27.080.605/0025-63, doravante denominada **ICEPi**, representada pelo seu Diretor Geral, Sr. **Fabiano Ribeiro dos Santos**, inscrito no CPF sob o nº 076.296.147-30, ambas as instituições denominadas individualmente como "PARTE" e em conjunto como "PARTES", resolvem de comum acordo celebrar o presente Acordo de Parceria para Pesquisa, desenvolvimento e Inovação em conformidade com o art. 116, §1º, da Lei nº 8.666/1993, com a Lei nº 10.973/2004, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.243/2016, e regulamentadas pelo Decreto nº 9.283/2018 e mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Acordo de Parceria é estabelecer uma cooperação mútua e ampla entre a UFES e o ICEPi, visando o desenvolvimento do projeto de um Observatório da Tuberculose no Espírito Santo e o desenvolvimento de pesquisas neste tema.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

2.1. A execução do objeto deste Acordo de Parceria visa:

- 2.1.I. 1. Analisar através de pesquisa documental as iniciativas de proteção social passíveis de serem aplicadas à população com tuberculose;
- 2.1.II. Pesquisar, estudar e descrever as iniciativas da rede social secundária, na perspectiva dos programas sociais governamentais, existente e acessível na área da Saúde e de Assistência Social, voltadas para a atenção à pessoa com tuberculose;

2.1.III. 3. Predizer risco de desfecho desfavorável, em particular o risco de abandono, em pessoas recém diagnosticadas com TB nos serviços de atenção primária e especializados.

2.1.IV. 4. Compreender a percepção dos profissionais de saúde e de assistência social sobre a acessibilidade aos programas sociais governamentais de suporte e de transferência de renda para as pessoas diagnosticadas com tuberculose.

2.1.V. 5. Implementar a pactuação de protocolo e procedimentos entre os serviços de saúde de promoção e tratamento de cuidados à tuberculose e os da Assistência Social, visando o Acordo de Cooperação Técnica nº 60/2021 e Instrução Operacional Conjunta N°.1, de 26 de setembro de 2019. Instituir comitê comunitário de acompanhamento visando fomentar a participação da mobilização social na pesquisa, na construção da intersetorialidade entre movimentos sociais, academia, SUS/SUAS.

2.1.VI. 6. Realizar capacitação na área de políticas e gestão de programas e projetos de TB e SUAS.

2.1.VII. 7. Publicar a produção de conhecimento em periódicos, teses, dissertações, trabalhos de iniciação científica, monografias etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS COMPETÊNCIAS DAS PARTES:

3.1. Compete ao ICEPi:

3.1.I. fornecer, em tempo oportuno, as informações, documentos e/ou meios requisitados pela UFES;

3.1.II. seguindo o fluxo normativo para acesso a informações para fins de pesquisa, conforme regulamentado pelo ICEPI-SESA, disponibilizar o acesso aos dados e aos sistemas de informações relacionados aos objetos dos Planos de Trabalho firmados no âmbito deste Acordo.

3.1.III. envidar esforços para garantir que as atividades e metas previstas nos Planos de Trabalho firmados no âmbito deste Acordo sejam cumpridas;

3.1.IV. emitir relatórios técnicos de monitoramento e avaliação da parceria.

3.1.V. avaliar os resultados do acordo de cooperação e propor a reorientação ou ajuste da parceria com vistas a obtenção da maior efetividade.

3.2. Compete à UFES:

3.2.I. assegurar a guarda dos dados, quando for cabível;

3.2.II. qualificar, analisar e processar os dados e informações fornecidos em virtude do cumprimento dos Planos de Trabalho firmados no âmbito deste Acordo;

3.2.III. colaborar, caso necessário, com o desenvolvimento das ferramentas, mediante a sugestão e implementação de novas funcionalidades, observado o escopo dos Planos de Trabalho;

3.2.IV. avaliar os resultados do acordo de cooperação e propor a reorientação ou ajuste da parceria com vistas a obtenção da maior

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1. A execução das atividades ficará a cargo do ICEPi e dar-se-á de acordo com o Plano de Trabalho, que constitui anexo do presente instrumento.

4.2. O Plano de Trabalho aludido nesta cláusula deverá seguir as normas do Plano de Trabalho previsto no art. 116 da Lei 8.666/93, contendo no mínimo as seguintes informações:

- 4.2.I. Identificação do objeto a ser executado;
- 4.2.II. Identificação dos executores e as responsabilidades assumidas entre as partes interessadas;
- 4.2.III. Metas a serem atingidas;
- 4.2.IV. Etapas ou fases de execução;
- 4.2.V. Previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas ou fases programadas.

4.3. Caso seja necessário, serão elaborados Termos Aditivos ou Acordos específicos para definir regras de operacionalização das atividades.

4.4. Caso algum projeto específico, no futuro, tenha a previsão de transferência de recursos financeiros, deverá ser firmado um instrumento específico, que não estará vinculado ao presente Acordo de Parceria.

4.5. Aos Coordenadores indicados pelas PARTES, conforme Cláusula Quinta, competirá dirimir as dúvidas que surgirem na execução e de tudo dará ciência às respectivas autoridades.

4.6. Os Coordenadores do Acordo indicados pelas PARTES anotarão, em registro próprio, as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, recomendando as medidas necessárias à autoridade competente para regularização das inconsistências observadas.

4.7. A impossibilidade técnica ou científica quanto ao cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho, que seja devidamente comprovada e justificada, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre as PARTES quanto à alteração, à adequação ou término do Plano de Trabalho e consequente extinção deste Acordo de Parceria.

4.6. As PARTES se obrigam a indicar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura deste instrumento, os responsáveis pela fiscalização das atividades do presente Acordo.

CLÁUSULA QUINTA – DA COORDENAÇÃO

5.1. As atividades desenvolvidas com base no presente Acordo de Parceria terão a supervisão e coordenação dos responsáveis pela área de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representá-las. Na UFES, pelo(a) professor(a) Ethel Leonor Noia Maciel; no ICEPi, pelo Fabiano Ribeiro dos Santos.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Acordo de Parceria vigorará pelo prazo de 03 (três) anos, contado a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogado. Após sua vigência, poderá ser formalizado um novo Acordo, mediante novos trâmites legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA

7.1. O presente Acordo de Parceria não acarretará a transferência ou a disponibilização de recursos financeiros entre as PARTES. Eventuais transferências poderão ser formalizadas por meio de instrumentos jurídicos específicos.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

8.1. Os recursos humanos utilizados por qualquer das PARTES nas atividades inerentes ao presente Acordo de Parceria não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com as instituições de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA NONA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

9.1. A propriedade intelectual, dos produtos e dos documentos gerada no âmbito dessa parceria será compartilhada entre as PARTES, quando houver, e será formalizada em instrumento específico.

9.2. O nome da UFES e do ICEPi deverão ser indicados no eventual pedido de patente ou de registro.

9.3. Será sempre necessária a expressa concordância das PARTES para cessão ou transferência dos resultados a terceiros.

9.4. Nenhum direito de propriedade intelectual e industrial, atualmente existente ou que venham a ser adquiridos ou licenciados por uma PARTE, será outorgado à outra PARTE.

9.5. As marcas e patentes pertencentes a uma PARTE e que forem necessárias à outra PARTE para o cumprimento das atividades previstas no **Acordo de Parceria** firmado (uso de quaisquer facilidades ou equipamentos, incluindo programas/software) somente poderão ser utilizados mediante expressa autorização da PARTE detentora dos direitos.

9.6. Todas as PARTES deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos os intervenientes às regras estabelecidas nos seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o acordo prévio das PARTES. A PARTE que deixar de cumprir o pactuado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DANOS E PREJUÍZOS

10.1. Fica expressamente acordado que nenhuma das PARTES terá responsabilidade civil por danos e prejuízos que possam ocorrer por motivo de força maior ou casos fortuitos, que possam impedir a continuidade das atividades previstas no presente Acordo de Parceria ou em seus instrumentos derivados, podendo ser retomadas nas mesmas condições e circunstâncias quando desaparecerem as causas que motivaram sua suspensão, até sua conclusão total.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais emendas ou alterações deverão estar explicitamente justificadas e serão estabelecidas em termos aditivos, que se tornarão parte integrante deste Acordo de Parceria mediante assinatura dos representantes legais das partes. Não se admitirá, contudo, modificação do objeto inicialmente pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. Este Acordo de Parceria poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer uma das partes, desde que aquela que assim o desejar comunique à outra, por escrito, com antecedência de cento e oitenta (180) dias. As atividades em andamento, por força de projetos previamente aprovados e cobertos por Termos Aditivos, não serão prejudicadas, devendo, conseqüentemente, ser concluídas ainda que ocorra denúncia por uma das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

13.1. As PARTES comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade de todo o teor das informações a que tiverem acesso por força do Acordo de Parceria firmado entre as PARTES, sob pena de responderem pelos danos e prejuízos decorrentes da divulgação indevida.

13.1.1. Toda e qualquer informação, escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, de qualquer natureza, identificada ou não como confidencial, que inclui, mas não se limita a, aquelas de caráter técnico, financeiro, contábil, comercial e jurídico, dados relacionados a invenções, serviços, produtos, aplicação, consumo, finanças, *know-how*, fórmulas, processos, direitos autorais, propriedades intelectuais, planos de desenvolvimento e estratégia disponibilizada por qualquer meio, inclusive meios eletrônicos, por uma PARTE (uma “PARTE REVELADORA”) para a outra PARTE (uma “PARTE RECEPTORA”), diretamente ou através de terceiros, incluindo, sem limitação, consultores, para a consecução do objeto do eventual relacionamento entre as PARTES, constituem informações confidenciais (as “Informações Confidenciais”).

13.2. O sigilo e a confidencialidade previstos nesta Cláusula aplicam-se, inclusive e especialmente, ao *know how* utilizado no desenvolvimento das atividades de investigação e pesquisa conjunta, que por força deste Acordo de Parceria venha a ser

conhecido pelas PARTES e eventualmente compartilhado entre elas durante a sua execução.

13.3. Para fins deste Acordo de Parceria, entende-se por *know how* o conhecimento não protegido por patentes ou qualquer outro direito de propriedade de acesso extremamente restrito passível de ser retransmitido e que, quando aplicado ao processo produtivo ou execução de serviços a que se destina, implique vantagem para o seu titular.

13.4. As PARTES, em virtude do acesso recíproco que terão às informações privilegiadas ou confidenciais entre si, obrigam-se a:

13.4.I. Proteger e manter em sigilo das Informações Confidenciais da PARTE REVELADORA, não fornecendo ou revelando, sob qualquer forma, a qualquer pessoa, seja física ou jurídica, direta ou indiretamente, quaisquer "Informações Confidenciais";

13.4.II. Não utilizar qualquer das informações, exceto para os fins previstos no objeto deste Acordo de Parceria, sendo vedado o seu emprego tanto em benefício próprio, quanto de terceiros;

13.4.III. Tomar, às suas expensas, as precauções e providências necessárias para assegurar o sigilo das "Informações Confidenciais" e para restringir ao máximo o seu uso não autorizado, inclusive requerendo eventuais medidas administrativas ou judiciais, se for o caso;

13.4.IV. Não revelar, usar ou transferir, ou fazer com que ou permitir que as "Informações Confidenciais" sejam reveladas, discutidas, usadas ou transferidas por qualquer terceiro;

13.4.V. Não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da PARTE REVELADORA;

13.4.VI. Devolver ou destruir a Informação Confidencial disponível em razão do presente Acordo de Parceria, inclusive cópia, se houver - sendo, na segunda hipótese, obrigatória a devida comprovação - na primeira das seguintes hipóteses: (a) ao término do prazo do presente Acordo de Parceria, ou (b) mediante solicitação da PARTE REVELADORA. A PARTE RECEPTORA poderá reter, todavia, cópias das Informações Confidenciais necessárias ao atendimento das suas exigências de garantia de qualidade e/ou satisfação de requerimentos legais;

13.4.VII. Envidar esforços diligentes para assegurar que cada um de seus empregados, diretores, agentes, representantes ou contratados preserve e proteja o sigilo das Informações Confidenciais, inclusive, instituindo a obrigatoriedade de assinatura de Termos de Confidencialidade;

13.4.VIII. Manter a maior confidencialidade possível em relação às informações recebidas, inclusive zelando, com rigor, para que não haja circulação de cópias, e-mails, fax ou outras formas de comunicação privada ou pública das informações, além da estritamente necessária para o cumprimento do objeto deste Acordo de Parceria.

13.5. As PARTES declaram que não constituem infração ao disposto no item 12.4 acima, nas hipóteses em que:

13.5.I. A informação torna-se disponível ao público em geral por meio que

não resulte de sua divulgação pelas PARTES ou de seus representantes;

13.5.II. A revelação seja exigida por autoridade governamental ou ordem de Tribunal competente, sob pena de ser caracterizada a desobediência ou outra penalidade. Nessas hipóteses o material a ser revelado deverá ser objeto de toda proteção, governamentais ou judiciais aplicáveis, devendo a PARTE que estiver obrigado a revelar tais informações comunicar antecipadamente, por escrito, à outra PARTE, dando ciência de qual a informação que será revelada;

13.5.III. A revelação for previamente autorizada pela outra PARTE e por escrito.

13.6. As PARTES deverão firmar termo individual de sigilo e confidencialidade com todos aqueles a quem for fornecido acesso às "Informações Confidenciais" da outra PARTE sobre a obrigação de sigilo e de não divulgação ora assumidas.

13.7. As PARTES reconhecem que todas as "Informações Confidenciais" fornecidas constituem propriedade exclusiva da PARTE que a forneceu, e que sua revelação não implica, de forma alguma, licença, autorização, concessão, cessão, transferência, expressa, tácita ou implícita, de qualquer direito autoral, de propriedade intelectual, ideia, conceito, marca, patente ou de outro direito de titularidade da PARTE REVELADORA para a PARTE RECEPTORA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. A UFES providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste Acordo de Parceria, sob a forma de extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

15.1. Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Acordo de Parceria, as partes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as partes indicarão, de comum acordo, um terceiro, para atuar como mediador e se mesmo assim não conseguir chegar a um denominador comum, comprometem-se as partes a encaminhar para a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal – CCAF, da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24/08/2001, da Lei nº 13.140, de 26/06/2015, e Portaria AGU nº 1.281, de 27/09/2007.

15.2. Para dirimir as eventuais controvérsias que não possam ser solucionadas administrativamente, na forma da disposição do item 15.1, fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.

E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para fins de direito.

Vitória, ES, 30 de agosto de 2022.

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Paula Vargas
Reitor da UFES

Fabiano Ribeiro dos Santos
Diretor Geral do ICEPi

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FABIANO RIBEIRO DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DO ICEPI

ICEPI - SESA - GOVES

assinado em 30/08/2022 13:56:02 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 30/08/2022 13:56:02 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por LORHANA FERREIRA SILVA (BOLSISTA - PATENTES E PROPRIEDADE INTELECTUAL DO SUS - ICEPI - SESA - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-WJZP1K>